



DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

A maioria não confia nas polícias. Por que será?

► Segundo a pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a insatisfação da população com a polícia cresceu 8,6 pontos percentuais no primeiro semestre do ano passado em relação ao mesmo período de 2012. Hoje cerca de 70% dos brasileiros não confiam no trabalho da polícia.

Uma das polícias que mais mata no mundo

A brutalidade das ações policiais durante os protestos de junho de 2013 abriu a possibilidade para aprofundar o debate sobre a desmilitarização da polícia no Brasil.

O 7º anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em novembro de 2013, revelou que a polícia brasileira é uma das mais violentas do mundo. Até mesmo as forças armadas da África do Sul, consideradas piores, matam menos que a PM do Brasil. Aqui, em 2012, 1.890 pessoas foram mortas em confronto com policiais em serviço, passando na frente do México (1.652), da África do Sul (706), da Venezuela (704) e

dos Estados Unidos (410).

Em 2014, as forças de repressão comandadas por Alckmin já mataram 156 pessoas só no 1º trimestre, 89 a mais em relação ao mesmo período de 2013. Somente na capital, 85 pessoas foram assassinadas em supostos confrontos com os policiais militares em serviço.

De acordo com dados do “Mapa da Violência 2012”, entre 2005 e 2011, a PM paulista matou 3.921 pessoas. Destas mortes, 3.074 foram registradas como “resistência seguida de morte”.

Desde 2009, um a cada cinco assassinatos cometidos em São Paulo são respondidos pelas polícias mili-



tar e civil. Esse número gritante contribuiu para posicionar a polícia brasileira entre uma das mais violentas do mundo.

Os policiais estão pagando um preço caro por cumprir o papel de exterminadores de pobres. O número de integrantes da força policial assassinados bate recorde. Considerando as taxas de homicídio da população e de policiais, o risco de um agente morrer assassinado no Brasil é três vezes maior.

A repressão é a resposta dos governos às lutas populares



PM usa gás de pimenta contra professores em greve, no Rio de Janeiro

O aprofundamento dos ataques às liberdades democráticas e da repressão aos movimentos sociais é um fenômeno mundial, relacionado à resistência dos trabalhadores e da juventude aos efeitos da crise econômica iniciada em 2008.

Na Espanha, por exemplo, foi aprovada no ano passado a Lei Fernández, com o objetivo de cercear o direito à livre manifestação, prevendo multas milionárias aos manifestantes que “ofenderem” símbolos nacionais espanhóis e autoridades, bem como a proibição do uso de máscaras em manifestações, entre outras medidas.

No Brasil, apesar dos efeitos da crise não serem sentidos na mesma proporção, os 10 anos do PT no governo federal não

alteraram os problemas enfrentados pelos trabalhadores, que foram às ruas reivindicar investimentos em saúde, educação, transporte e segurança públicos.

Como no resto do mundo, os governos federal, estaduais e municipais tomaram medidas repressivas. No Rio de Janeiro e em Pernambuco, também foi proibido o uso de máscaras, sob pena de até 10 anos de prisão para quem reincidir no “crime”.

O governo Dilma Rousseff acentua a criminalização dos movimentos sociais por meio de iniciativas como os Projetos de Lei do Senado conhecidos como Lei Antigreve (PLS 710/2011) e Lei Antiterrorismo (PLS 499/2013) e a Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012).

▶ Lei Antigreve

Estabelece uma série de pré-requisitos para a deflagração de greve que, na prática, acaba com esse direito e interfere na livre organização sindical. Dentre as propostas, está a obrigatoriedade da aprovação da greve por pelo menos 2/3 de todos os trabalhadores de determinada categoria, a limitação de que só 50% do efetivo pode aderir ao movimento e apenas 20% para as áreas consideradas essenciais.

A mesma proposta, que proíbe greve nas Forças Armadas, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, exige que os demais profissionais nessa na área de segurança pública atuem com 80% do contingente.

▶ Lei Antiterrorismo

A definição do que é crime de terrorismo é tão subjetiva e genérica que abrirá as portas não apenas para mais autoritarismo das forças de segurança, mas também para intensificação da perseguição política. Movimentos sociais e até mesmo oposições políticas poderão ser enquadradas como terroristas. A condenação mínima da proposta é cinco vezes a prevista pela Lei 7.170/83, a quarta e última Lei de Segurança Nacional da Ditadura Brasileira.

▶ Lei Geral da Copa

Para garantir os interesses mercantis da FIFA, tendo base contratos e compromissos particulares, cria novos tipos penais e restringe a liberdade de expressão e a criatividade brasileira. Entre várias premissas nocivas, coloca a União em posição de submissão à federação, sendo responsável por quaisquer danos e prejuízos de um evento privado; retira direitos conquistados, como a meia-entrada; restringe o comércio de rua e popular durante os jogos; permite a venda de bebidas alcoólicas durante os jogos, retrocedendo em relação à legislação existente.

A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela

A truculência da PM não é novidade para nenhum morador das periferias. Nas comunidades, todos conhecem as inúmeras arbitrariedades, as prisões ilegais, os desaparecimentos e as mais variadas formas de violência cometidas pela polícia. Alguns exemplos recentes:

Amarildo de Souza Lima, ajudante de pedreiro, 47 anos, pai de 06 filhos, morador da Rocinha, desapareceu em 14 de julho de 2013 após ser levado por policiais da UPP, no Rio de Janeiro/RJ. Apesar de não fazer parte da lista de suspeitos da “Operação Paz Armada”, foi abordado “para averiguação” e levado sem resistência. Ele portava documentos comprovando que era trabalhador. Mas, simplesmente sumiu depois que foi levado para o Comando da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). O delegado Ruchester Marreiros jogou a culpa para traficantes. Mas a comunidade mostrou sua indignação e a realidade veio à tona: Amarildo foi torturado até a morte ao lado do contêiner da UPP.

Claudia Silva Ferreira, auxiliar de serviços gerais, 38 anos, mãe de 04 filhos e que cuidava de mais 04 sobrinhos, no dia 16 de março de 2013, saiu de casa com R\$ 6,00 para comprar pão e foi alvejada a tiros pela PM, que a jogou no porta-malas de uma viatura e, quando ela caiu, foi



Protesto no Rio denuncia violência policial

Foto extraída do blog Bui e Vocador

arrastada como um objeto no asfalto por 250 metros, no Morro da Congonha, em Madureira.

Douglas Rafael da Silva Pereira, o DG, 26 anos, dançarino do programa Esquenta, da Rede Globo, foi encontrado com sinais de tortura e baleado

numa creche no morro Pavão-Pavãozinho. A polícia, num primeiro momento, alegou que o dançarino, ao fugir de um tiroteio, havia morrido em decorrência de uma queda. Já está claro que foi mais um negro assassinado pela UPP no Rio de Janeiro.

▶ Extermínio do povo pobre e negro

O racismo é uma marca implícita da polícia brasileira. Um estudo da Gevac (Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos) da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) aponta que de todas as mortes em confrontos policiais no Brasil, a mortalidade de negros é três vezes maior do que a de brancos.



O DEBATE DA DESMILITARIZAÇÃO

A desmilitarização defendida pelos movimentos sociais compreende a unificação das forças policiais em marcos civis e o fim do código militar. Nesses termos, a mudança acarretaria o fim da separação entre o trabalho de investigação, de um lado, e do policiamento de rua, de outro.

Com o fim da PM, todos policiais passariam a ser funcionários públicos com todos os direitos, como o de formar sindicatos e fazer greve. Teriam ainda direito à livre manifestação política, especialmente para que possam expressar as demandas de onde geralmente eles são oriundos, de setores populares e acabaria com o código militar, sendo toda e qualquer infração julgada por uma justiça civil.

▶ PECs sobre desmilitarização da polícia

Atualmente, três projetos de Emenda à Constituição (PEC) circulam no Congresso Nacional em defesa desse tema. Dois tramitam no Senado: a PEC 102/2011 e a PEC 51/2013. A primeira autoriza os estados a desmilitarizarem a PM e unificarem suas polícias e a segunda propõe a desmilitarização em todo o país e controle externo com ampla participação social. Na Câmara, tramita a PEC 430/2009, com outros dois adendos, que também visam a unificação das polícias civil e militar dos estados e do Distrito Federal, além da desmilitarização do Corpo de Bombeiros, bem como dá outras funções para as guardas municipais.

UM BREVE HISTÓRICO DA PM NO BRASIL

A história da polícia paulista é um exemplo da natureza autoritária da instituição. Carrega um brasão que conta com 18 estrelas representativas de momentos “memoráveis”, como, por exemplo, do golpe militar de 1964 (chamado “Revolução de Março”) e a repressão à revoltas populares como a greve de 1917 e o massacre de Canudos.

Nascida oficialmente por um decreto regencial de 1831, passou por uma importante reforma em 1906, ano em que a Missão Francesa veio ao Brasil para adestrar

o aparato repressivo em moldes claramente militares, o que significa forte hierarquia, obediência e disciplina como marcas da organização.

Mas foi com o golpe de 1964 que surgiu a PM como é hoje. A extinção da Força de Segurança Pública, que era descentralizada e submetida ao poder civil, tornando-a militar e ligada às Forças Armadas, como força auxiliar, foi um dos primeiros atos dos militares. Desde os anos de chumbo, a polícia passou a ter mentalidade de guerra, estrutura própria e foro privilegia-

do caso cometa algum crime.

A origem direta da atual estrutura data de 1969, quando a ditadura militar incorpora a Guarda Civil (GC) à chamada Força Pública. À GC cabia o policiamento urbano e sua dissolução fez com que o policiamento ostensivo se tornasse prerrogativa da PM, que passou a ser diretamente força de reserva do Exército. Na mesma época foi criado o Batalhão de Choque.

Nesse cenário, a divisão do trabalho policial confere à polícia civil o trabalho investigativo, enquanto à PM cabe o policiamento de rua.

A redemocratização não mudou substancialmente essa situação, porque apesar de retirar a PM do controle formal do Exército, entregando-a nas mãos dos governos estaduais, manteve a estrutura militar da corporação.

Portanto, a polícia militar é um dos entulhos que restou da Ditadura Militar no Brasil, assim como a Lei de Segurança Nacional. Desde o fim do regime, a proposta da desmilitarização existe, mas a mudança da estrutura policial foi uma posição derrotada nos debates da Constituição de 1988.

Por uma segurança pública sob controle dos trabalhadores

Desmilitarizar é um grande passo para combater o caráter autoritário das polícias no Brasil, mas não acabará com seu caráter de classe. Em países onde a polícia não é militarizada, a força policial permanece sendo um instrumento para manutenção “da ordem” capitalista, para que os patrões e o Estado oprimam os trabalhadores e a juventude que se rebela.

Hoje apenas alguns países da Europa possuem polícias militares, mas estas ficam restritas a regiões rurais por serem geralmente regiões de fronteira. Já o modelo do resto da Europa e dos países de língua inglesa é de uma polícia única, desmilitarizada, 100% civil.



Foto: Cairo Castor

A PM faz parte da democracia burguesa. Ela existe para sua manutenção e, para tanto, depen-

de da perseguição aos ativistas, da criminalização dos movimentos sociais, das lutas e da pobreza.

Neste sentido, é fundamental que bandeira da desmilitarização esteja aliada a outras, como o controle pela população da polícia por meio da eleição dos delegados de cada cidade ou zona. Isso significa uma verdadeira reformulação do modelo de segurança pública e, necessariamente, da própria sociedade.

Será de fato a destruição do aparato militar repressivo como ele é hoje e a construção de um novo modelo que tenha como centro a defesa dos interesses da população mais carente.

DESMILITARIZAR PARA DESPERTAR A CONSCIÊNCIA DOS POLICIAIS

Na medida em que caminha no combate a separação dos policiais da classe trabalhadora, a desmilitarização da polícia é uma bandeira democrática bastante importante.

A história mostra que quando policiais ou soldados se organizam para lutar por melhores condições de trabalho, aproximam-se da classe trabalhadora e a consequência disso é o avanço da consciência. Fazendo greves, os policiais passam a compreender a existência da luta de classes e que, como os trabalhadores, eles precisam de liberdade de manifestação para obter conquistas.

As rupturas de instituições re-

pressoras tiveram importância para o desenvolvimento de revoluções. Em 1905, no artigo “O novo exército, em o Exército e a Revolução”, Lênin aborda a situação: o exército “ainda não é revolucionário em seu conjunto. O nível político dos marinheiros e dos soldados é ainda muito baixo. Mas, o que tem importância, é que a consciência já foi despertada, que os soldados criaram um movimento próprio, que o espírito de liberdade penetrou nas casernas por todos os lados”.

Depois de vivenciar a contradição de lutar da mesma forma que os trabalhadores lutam, fazendo manifestações, como reprimi-los?



Policiais militares aprovam greve na Bahia

Foto: Edson Ruiz/COOPIA/Agência O Globo

▶ Explodem greves na PM

A explosão de greves de soldados, cabos, sargentos e subtenentes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros em vários estados do país nos últimos anos reafirmam que a luta pela desmilitarização da polícia está na ordem do dia. Somente até abril de 2014, já aconteceu a greve dos praças no Amazonas, no Pará, no Rio Grande do Norte e na Bahia.

No início de abril deste ano, a greve dos policiais militares terminou com vitórias no Pará. Após seis dias de aquartelamento os praças

conseguiram dobrar a intransigência do governo e chegar a um acordo arrancou o aumento de R\$ 150,00 no vale-alimentação e a extensão do auxílio-fardamento (que antes era pago somente aos cabos e soldados) para sargentos e sub-tenentes.

Devido à estrutura militar, cerca de 40 praças estavam sob ameaça de serem presos, acusados de infringir a legislação em vigor, com prática de motim e insubordinação. Caso fossem considerados culpados, poderiam ser presos por até 15 anos e serem expulsos da corporação.



Fotos extraídas do Google

A luta por salário digno para essas pessoas, pelo direito democrático de expressão, de opinião e, por que não, de rebelião, merece apoio para que, a partir da experiência de luta, este setor possa ser ganho

para estar do lado dos trabalhadores e do povo pobre, e não ao lado da repressão do Estado. E isso só vai avançar, de fato, casado com a luta por outra política de segurança, pela desmilitarização da polícia.

UM NOVO MODELO PARA A POLÍCIA

A estrutura policial deve estar subordinada a população, deixando de ser um instrumento de coação aos pobres. Os policiais devem ter direito de se organizarem sindicalmente e politicamente, sem a estrutura que separa praças e oficiais (esses últimos mantêm fortes ligações com os governos) e uma reeducação nas tropas que destrua a mentalidade de uma obediência cega aos seus comandantes.

Ao se tornarem funcionários públicos os policiais estarão sujeitos,

por exemplo, ao regime disciplinar que reconhece o direito de descumprir uma ordem superior quando essa for manifestamente ilegal.

Queremos uma polícia que enfrente os principais crimes no Brasil: o crime de colarinho branco, cometido por grandes empresários e políticos corruptos.

A luta por uma nova política de segurança pública, no entanto, começa pela batalha para punir os assassinos de Cláudia, Amarildo e todos os outros trabalhadores e negros assassinados.



Um programa alternativo para a segurança pública

O resultado das ações de governos que apostam na criminalização, na “brutalização” contra as comunidades da periferia e do campo, só poderia ser o aprofundamento da violência em todos os níveis sociais.

Os crimes de autoridades policiais devem ter punições exemplares, assim como de qualquer cidadão.

É preciso combater a prática do projeto de higienização étnico-racial e criminalização da pobreza que tem sido levada a cabo por Alckmin, Dilma e amplos setores da elite.

▶ Pelo julgamento e punição daqueles que utilizam da proteção do Estado para praticar a pena de morte!

▶ Pelo livre direito de organização da população e dos movimentos sociais!

▶ Todo apoio e solidariedade à greve da PM! Nenhuma punição aos grevistas. Anistia Já! Pelo direito à greve e sindicalização dos policiais militares e bombeiros!

▶ Desmilitarização da polícia já! Por uma Força de

Segurança controlada pelos trabalhadores, que defenda os interesses dos pobres e dos bairros da periferia.

▶ Que a instituição de segurança pública tenha uma estrutura interna democrática com eleição dos comandos superiores.

▶ Por salários dignos e condições de trabalho como as do restante do funcionalismo público.

▶ Supressão dos tribunais militares e jurisdição civil para todos os crimes e delitos cometidos por policiais.

▶ Capacitação profissional para investigação com investimento em tecnologia.

▶ Fim imediato das tropas encarregadas de repressão das manifestações.

▶ Fim das empresas de segurança privada; auditoria patrimonial nas existentes, com punição exemplar nos envolvidos em atividades criminosas. Realocação dos trabalhadores deste setor de segurança, após prévia capacitação.

▶ Valorização dos serviços e servidores públicos!